

CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA – PARÁ
EDITAL Nº 001/2025 - PMP

CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL
NÍVEL: SUPERIOR
TURNO: MANHÃ

ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO

1- Este CADERNO DE QUESTÕES é composto de 30 (trinta) questões, cada uma com 04 (quatro) alternativas e somente uma correta. Caso exista algum problema de impressão, ou outro qualquer, comunique-o imediatamente aos fiscais de sala.

2- Leia, atentamente, cada questão da prova antes de responder.

3- Transcreva para o CARTÃO-RESPOSTA a resposta definitiva de cada questão. Marque somente uma alternativa, pois a marcação de mais de uma alternativa, ou a ausência de marcação, anulará a questão. Preencha corretamente o CARTÃO-RESPOSTA, porque ele não será substituído por erro do candidato. Preencha com caneta esferográfica, azul ou preta, conforme exemplo abaixo:

QUESTÃO	ALTERNATIVAS
01	<input type="radio"/> A <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D

4- O CARTÃO-RESPOSTA DEVE SER obrigatoriamente assinado (item 9.32.d do Edital).

5- A prova terá a duração de 03 (três) horas, com o início previsto às 09:00 (nove horas) e término às 12:00 (doze horas) horário local.

6- Não será permitido ao candidato permanecer com armas, aparelhos eletrônicos (telefone celular, relógio de qualquer modelo, smartphone, notebook, receptor, gravador etc.), tampouco qualquer tipo de material para consulta ou quaisquer objetos mencionados no item 9.5. do Edital.

7- O candidato só poderá retirar-se da sala de provas após decorridos 60 minutos (1 hora) de seu início.

8- Após decorridos 120 minutos (2 horas) do início das provas, o candidato poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES, entregando ao fiscal somente o CARTÃO-RESPOSTA.

9- Não será permitido ao candidato consultar o fiscal sobre quaisquer dúvidas relacionadas às interpretações dos enunciados das questões.

10- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala e somente poderão sair juntos do recinto após lerem, concordarem e assinarem a ata de sala (item 9.32.e do Edital).

BOA PROVA!

QUESTÃO 01

De acordo com o entendimento do STF, é inconstitucional decreto presidencial que gere a extinção de cargos e funções ocupados por violação ao art. 84, VI, “b”, da Constituição Federal. O decreto de competência privativa do chefe do Poder Executivo Federal, segundo esse artigo, pode tratar apenas de:

- A () Organização e funcionamento da administração federal, desde que não implique aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- B () Extinção de funções ou cargos públicos, quando eles estiverem vagos.
- C () Criação de novas funções e cargos públicos, independentemente de sua ocupação.
- D () Alteração de remuneração de servidores públicos, sem necessidade de lei específica.

QUESTÃO 02

Sobre o controle judicial preventivo de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar que:

- A () Em regra, o Brasil permite o controle judicial preventivo de constitucionalidade por qualquer cidadão, visando proteger a Constituição em todos os contextos.
- B () O Supremo Tribunal Federal admite a impetração de mandado de segurança apenas por parlamentares, com a finalidade de coibir atos no processo legislativo que contrariam a Constituição.
- C () O controle judicial preventivo de constitucionalidade é amplamente utilizado no Brasil, permitindo que juízes de primeira instância analisem a constitucionalidade de normas antes de sua aprovação.
- D () O controle judicial preventivo de constitucionalidade no Brasil é restrito a situações em que não existe a possibilidade de impetração de qualquer recurso legal.

QUESTÃO 03

Conforme a Constituição Federal de 1988, acerca das competências legislativas da União, dos Estados e do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- A () A competência legislativa concorrente permite à União editar normas gerais, cabendo aos Municípios suplementá-las em qualquer hipótese.
- B () Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação.
- C () A competência privativa da União pode ser delegada aos Estados mediante autorização do Congresso Nacional.
- D () Em se tratando de competência concorrente, caso a União exerça sua competência plena, os Estados ficam impedidos de legislar sobre a matéria.

QUESTÃO 04

Com base no processo de emenda à Constituição Federal brasileira, assinale a alternativa correta.

- A () A Constituição poderá ser emendada por iniciativa exclusiva do Presidente da República, e sua aprovação exige maioria simples em apenas uma das Casas do Congresso Nacional.
- B () A Constituição pode ser emendada durante a vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, desde que aprovada por maioria absoluta.
- C () A proposta de emenda à Constituição poderá ser apresentada por um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, e será considerada aprovada se obtiver três quintos dos votos, em dois turnos, em cada Casa do Congresso Nacional.
- D () Propostas de emenda à Constituição podem ter por objeto a extinção da separação entre os Poderes da República, desde que aprovadas em referendo popular.

QUESTÃO 05

Nos termos da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal julgar em recurso ordinário:

- A () Os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.
- B () Os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.
- C () As causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no país.
- D () Os mandados de segurança, decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

QUESTÃO 06

Sobre o poder de polícia no Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- A O poder de polícia é a atividade da Administração Pública que limita o exercício de direitos individuais em benefício do interesse público, por meio de leis exclusivamente penais.
- B É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que explorem atividade econômica e em regime não concorrencial.
- C O poder de polícia permite à Administração Pública impor restrições ao uso de bens, ao exercício de atividades ou à prática de direitos individuais, visando à preservação da ordem, segurança, saúde e tranquilidade públicas.
- D O poder de polícia é exercido exclusivamente pelos órgãos do Poder Judiciário, que aplicam sanções administrativas àqueles que descumprem normas de interesse coletivo.

QUESTÃO 07

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) prevê hipóteses em que a Administração Pública pode contratar diretamente, sem licitação. Nessas situações, assinale a alternativa correta.

- A A contratação direta é permitida exclusivamente em casos de calamidade pública, sendo vedada em qualquer outro cenário, mesmo que o valor do contrato seja irrisório.
- B A inexigibilidade de licitação ocorre quando há viabilidade de competição entre vários fornecedores, desde que previamente cadastrados em sistema próprio.
- C A contratação direta é permitida apenas quando autorizada expressamente por decreto do chefe do Poder Executivo, independentemente do valor ou natureza do objeto.
- D É dispensável a licitação para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.

QUESTÃO 08

Com base na atual redação da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), assinale a alternativa correta.

- A É possível a condenação por ato de improbidade administrativa mesmo sem a comprovação de dolo, bastando a existência de culpa leve.
- B A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos são aplicadas automaticamente com o simples recebimento da ação de improbidade.
- C Não se aplicam na ação de improbidade administrativa o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito.
- D O agente público somente poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa se demonstrado o elemento subjetivo dolo, exceto nos casos de enriquecimento ilícito.

QUESTÃO 09

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as contratações públicas devem se submeter a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e controle preventivo, organizadas em linhas de defesa. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a composição dessas linhas de defesa.

- A Primeira linha: unidades de assessoramento jurídico e controle interno; Segunda linha: servidores e agentes de licitação; Terceira linha: tribunal de contas e corregedorias.
- B Primeira linha: servidores públicos, agentes de licitação e autoridades da governança do órgão; Segunda linha: unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão; Terceira linha: órgão central de controle interno da Administração e tribunal de contas.
- C Primeira linha: corregedorias e auditorias independentes; Segunda linha: Ministério Público e controladorias externas; Terceira linha: unidades administrativas e agentes de contratação.
- D Primeira linha: tribunal de contas e controladorias internas; Segunda linha: unidades administrativas do órgão; Terceira linha: servidores públicos e autoridades superiores da Administração.

QUESTÃO 10

Carlos protocolou um pedido administrativo junto à administração pública municipal, buscando o reconhecimento de um direito relacionado a benefícios funcionais. Após análise do processo, a autoridade competente indeferiu o pleito. Inconformado, Carlos pretende apresentar recurso administrativo, alegando tanto questões de legalidade quanto de conveniência e oportunidade.

Com base nessa situação hipotética e sabendo que o Município se vale das disposições da Lei nº 9.784/1999 (Lei de Processo Administrativo Federal) analise as afirmativas a seguir:

- I. O recurso interposto por Carlos deverá ser apresentado à autoridade que proferiu a decisão, a qual poderá reconsiderá-la no prazo de até trinta dias ou, não o fazendo, encaminhá-lo à autoridade superior.
- II. O recurso administrativo, salvo previsão legal em contrário, poderá tramitar por no máximo duas instâncias administrativas.
- III. Salvo se houver disposição legal exigindo o contrário, não será exigida caução para a interposição do recurso administrativo.

É correto afirmar que:

- A Os itens I, II e III estão corretos.
- B Apenas os itens II e III estão corretos.
- C Apenas o item III está correto.
- D Apenas os itens I e III estão corretos.

QUESTÃO 11

De acordo com o Código Civil de 2002, sobre os contratos em geral, assinale a alternativa correta.

- A Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável à parte que redigiu o contrato, por presumir-se que ela possui maior conhecimento técnico e jurídico.
- B Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- C É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código.
- D Mesmo que o alienante soubesse do vício ou defeito da coisa, ele seria obrigado apenas a devolver o valor recebido, não sendo responsável por perdas e danos.

QUESTÃO 12

Sobre os negócios jurídicos, de acordo com o Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.

- A A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- B Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a quarenta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- C Nas declarações de vontade se atenderá mais o sentido literal da linguagem do que a intenção nelas consubstanciada.
- D No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.

QUESTÃO 13

Sobre a prescrição e decadência, nos termos do Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.

- A Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- B Prescrevem em 4 anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- C A prescrição ocorre em 5 anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- D Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, bem como o juiz pode suprir a alegação.

QUESTÃO 14

Nos termos do Código Civil de 2002, a emancipação é instituto que antecipa a capacidade civil plena ao menor relativamente incapaz. Acerca das hipóteses legais de emancipação e seus efeitos, assinale a alternativa correta.

- A A emancipação voluntária pode ser concedida pelos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, dependendo de homologação judicial.
- B A emancipação por sentença judicial depende, exclusivamente, da vontade do menor, não sendo exigida a demonstração de interesse do incapaz.
- C A colação de grau em curso de ensino superior é causa legal de emancipação, desde que autorizada judicialmente.
- D O menor emancipado adquire capacidade plena para praticar todos os atos da vida civil, independentemente de assistência ou representação.

QUESTÃO 15

Nos termos do Código Civil brasileiro, sobre as obrigações de dar coisa certa, é correto afirmar que:

- A A obrigação de dar coisa certa não abrange seus acessórios, salvo se houver expressa menção no contrato.
- B Se a coisa perecer por culpa do devedor antes da tradição, ele responderá pelo equivalente e por perdas e danos.
- C Se a coisa se perder antes da tradição, ainda que por culpa do devedor, extingue-se a obrigação sem qualquer responsabilidade.
- D Até a tradição, a coisa pertence ao credor, mesmo que sofra melhoramentos feitos pelo devedor.

QUESTÃO 16

No âmbito do Direito Processual Civil, as causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, que por sua vez será determinada no momento da distribuição da petição inicial. Nesse sentido, no que diz respeito à competência, marque a única alternativa correta.

- A A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.
- B Havendo três réus com diferentes domicílios, serão demandados no foro do autor.
- C A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.
- D Tramitando processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervir a União, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente nas ações de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho.

QUESTÃO 17

O Município de Piçarra, por meio de sua Procuradoria, foi intimado pessoalmente, via meio eletrônico, para apresentar contestação em uma ação de indenização proposta por um particular. O advogado da parte autora alegou que o prazo comum deveria ser aplicado, pois se tratava de intimação eletrônica, e que, portanto, não haveria prazo em dobro. Além disso, restou evidenciado nos autos que houve fraude no exercício das funções por parte do Procurador Municipal.

Com base nos fatos apresentados e na legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

- A O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- B A função da Advocacia Pública é exclusivamente defender os interesses financeiros do ente federativo, mesmo que isso implique ocultar informações que possam ser prejudiciais.
- C O prazo em dobro para a Fazenda Pública se aplica, inclusive, quando houver previsão de prazo próprio em lei específica.
- D A Fazenda Pública não tem direito ao prazo em dobro quando a intimação é realizada por meio eletrônico.

QUESTÃO 18

Nos termos do Código de Processo Civil, há prerrogativa de prazo em dobro para Fazenda Pública em juízo. Nesse sentido, há contagem em dobro, exceto:

- A Na impugnação ao cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.
- B Nas contrarrazões de agravo interno.
- C Nas manifestações em incidentes de desconsideração da personalidade jurídica.
- D Na interposição do recurso de apelação por meio eletrônico.

QUESTÃO 19

Considerando as disposições da Lei nº 12.153/2009, que institui os Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta em relação à atuação do Município como parte no referido microsistema.

- A O Município, ao ser demandado no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, goza de prazo em dobro para todos os atos processuais.
- B As sentenças proferidas contra o Município no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública podem ser executadas por meio de penhora de bens públicos, mesmo que afetados a serviço público essencial.
- C Nas demandas ajuizadas contra o Município no Juizado Especial da Fazenda Pública, o ajuizamento da ação pressupõe a necessidade de prévia inscrição do crédito na dívida ativa municipal.
- D Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis.

QUESTÃO 20

Em relação ao regime da tutela provisória no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A () A tutela provisória de urgência poderá ser requerida somente em caráter antecedente, enquanto a tutela provisória de evidência somente pode ser requerida de forma antecedente.
- B () A tutela da evidência poderá ser concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, desde que preenchidos os requisitos legais.
- C () O juiz não poderá decidir liminarmente nas tutelas de evidência quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos.
- D () A tutela provisória de urgência, tanto na modalidade antecipada como na cautelar, exige sempre demonstração de perigo de dano, mas dispensa a demonstração de probabilidade do direito.

QUESTÃO 21

Em janeiro de 2023, entrou em vigor a lei Y, que criminaliza determinada conduta. Em março de 2025, esta mesma lei foi revogada integralmente por nova legislação que optou por tratar a conduta exclusivamente na esfera civil e administrativa, deixando de considerá-la crime.

Joana, que havia sido denunciada e condenada, em decisão ainda não transitada em julgado, pela prática do crime tipificado na lei Y, ocorrido em fevereiro de 2024, pleiteia o reconhecimento da *abolitio criminis*.

Nesse contexto, e à luz dos princípios que regem a aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- A () A nova lei não retroage no caso em análise, pois a Constituição Federal veda a retroatividade.
- B () A extinção do tipo penal apenas poderá beneficiar Joana se a revogação ocorrer antes da sentença penal condenatória de primeiro grau.
- C () A revogação da lei penal descriminaliza a conduta, devendo o processo ser extinto, com reconhecimento da *abolitio criminis*.
- D () A *abolitio criminis* não alcança os casos ainda não transitados em julgado, aplicando-se apenas às execuções penais em curso e aos efeitos civis.

QUESTÃO 22

Analise as afirmativas a seguir:

I. A embriaguez culposa exclui a imputabilidade penal.

II. É isento de pena o agente que, por transtorno mental, era, ao tempo da omissão, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

III. Se o agente por embriaguez proveniente de caso fortuito não possuía ao tempo da ação ou da omissão a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, a pena poderá ser reduzida.

Nos termos do Código Penal, é correto afirmar que:

- A () Apenas o item II está correto.
- B () Apenas o item III está correto.
- C () Apenas os itens I e III estão corretos.
- D () Apenas os itens II e III estão corretos.

QUESTÃO 23

Durante uma investigação, apurou-se que Marcelo, servidor público concursado, ocupando cargo efetivo em órgão municipal, exigiu de uma empresa contratada pela Administração o pagamento de uma quantia em dinheiro, como condição para não criar embaraços na liberação de licenças necessárias à continuidade de um contrato público.

O empresário, sentindo-se coagido, efetuou o pagamento. Posteriormente, ficou comprovado que Marcelo não tinha competência formal ou legal para impedir ou atrasar a liberação dessas licenças.

Diante do caso, considerando os tipos penais previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- A () Trata-se de crime impossível em razão da ausência de competência formal ou legal para impedir ou atrasar a liberação das licenças.
- B () Marcelo responde pelo crime de corrupção ativa.
- C () Marcelo responde pelo crime de concussão.
- D () Marcelo responde pelo crime de tráfico de influência.

QUESTÃO 24

É considerado circunstância que sempre atenua a pena:

- A () Cometimento de crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou.
- B () Quando o agente apenas coage outra pessoa à execução material do crime.
- C () Ter o agente cometido o crime em estado de embriaguez preordenada.
- D () Quando o agente apenas instiga ou determina outro a cometer o crime, alguém sujeito à sua autoridade.

QUESTÃO 25

No que diz respeito aos crimes contra licitações e contratos administrativos, conforme a legislação, marque a única alternativa correta.

- A A conduta de tentar afastar licitante por meio de oferecimento de vantagem não corresponde a nenhum tipo penal porque é tratado no âmbito administrativo em observância ao princípio da intervenção mínima.
- B A mera inexecução do contrato administrativo, por si só, configura crime previsto na nova Lei de Licitações.
- C Não configura ilícito penal perturbar a realização de qualquer ato de processo licitatório.
- D Combinar previamente propostas entre licitantes, com o objetivo de obter vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, configura crime de frustração de caráter competitivo de licitação.

QUESTÃO 26

Considerando as disposições estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, no que diz respeito às receitas e despesas, são vedações expressas, exceto:

- A O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- B A abertura de crédito suplementar, desde que haja prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes.
- C A utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- D A realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

QUESTÃO 27

Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

I. O Projeto de Lei do Plano Plurianual será enviado pelo Prefeito ao Poder Legislativo até o dia 31 de agosto do primeiro ano do mandato;

II. Se a lei orçamentária anual não entrar em vigor até o início do correspondente exercício financeiro, fica autorizada a execução orçamentária de até um doze avos das respectivas dotações constantes do projeto de lei, para atender despesas inadiáveis;

III. O plano plurianual terá vigência de três anos.

De acordo com as determinações previstas na Lei Orgânica Municipal, é correto afirmar que:

- A Apenas o item I é verdadeiro.
- B Apenas o item II é verdadeiro.
- C Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- D Apenas os itens II e III são verdadeiros.

QUESTÃO 28

Carlos, servidor estável, sofreu limitação definitiva que o impede de exercer seu cargo atual, mas foi considerado apto para outra função de atribuições semelhantes e de menor complexidade. João, também servidor estável, foi demitido por abandono de cargo, mas, após decisão judicial anulando o ato demissional, busca retorno ao serviço. Ana, servidora estável, teve seu cargo extinto.

À luz do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Piçarra, é correto afirmar que:

- A João poderá ser reintegrado, com ressarcimento financeiro.
- B Ana deverá ser reintegrada em razão da sua estabilidade.
- C A reintegração de João depende de vaga disponível.
- D Carlos deverá ser aposentado.

QUESTÃO 29

Conforme o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Piçarra, é considerado como efetivo exercício o afastamento em virtude de:

- A Processo disciplinar em que a punição se limitar à pena de advertência.
- B Tempo de serviço público prestado à União.
- C Licença para tratamento pessoal até 3 anos.
- D Licença para tratamento de saúde de familiar do servidor.

QUESTÃO 30

Nos termos do Plano de Cargos, Carreira e Salário da Prefeitura Municipal de Piçarra, é correto afirmar que:

- A Aos servidores ocupantes de cargo de nível superior poderá ser atribuída gratificação de até 10% sobre o vencimento base.
- B O regime dos servidores é o celetista com carga horária de 40h semanais.
- C Os níveis de ensino para provimento dos cargos são apenas de ensino médio e superior.
- D O desenvolvimento dos servidores na carreira será efetivado mediante progressão.